



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES – CAMPUS III GUARABIRA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE HISTÓRIA**

LUCAS PEREIRA DE LIMA

**PARA ALÉM DO DIA DO ÍNDIO UMA ABORDAGEM DA CULTURA INDÍGENA
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

GUARABIRA-PB

2022

LUCAS PEREIRA DE LIMA

**PARA ALÉM DO DIA DO ÍNDIO UMA ABORDAGEM DA CULTURA INDÍGENA
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Coordenação do Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campus Guarabira, como requisito parcial à obtenção do título de licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas.

Linha de Pesquisa: História, Ensino e Currículo

GUARABIRA-PB

2022

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

L732p Lima, Lucas Pereira de.
Para além do dia do Índio uma abordagem da cultura Indígena na educação básica [manuscrito] / Lucas Pereira de Lima. - 2022.
34 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2022.

"Orientação : Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas ,
Coordenação do Curso de História - CH."

1. História. 2. Povos Originários . 3. Diversidade. 4.
Resistência. I. Título

21. ed. CDD 370.111

LUCAS PEREIRA DE LIMA

**PARA ALÉM DO DIA DO ÍNDIO UMA: ABORDAGEM DA CULTURA INDÍGENA
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a
Coordenação do Curso de História da Universidade
Estadual da Paraíba (UEPB), Campus Guarabira,
como requisito parcial à obtenção do título de
licenciatura em História.

Trabalho apresentado e aprovado em 21/11/2022.

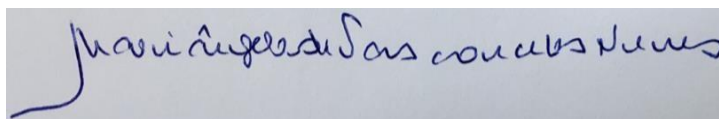
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas (Orientador)
(Universidade Estadual da Paraíba/DH)



Prof^ª Dr (ª) Iany Elizabeth da Costa (Examinador/a)
(Universidade Estadual da Paraíba/DG)



Prof. Dr (ª) Mariângela de Vasconcelos Nunes (Examinador/a)
(Universidade Estadual da Paraíba/DH)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me possibilitar a mais uma realização de um trabalho.

Ao professor Dr. Waldeci Ferreira Chagas pelas orientações e leituras indicadas no decorrer da escrita.

Aos meus pais Manoel Soares de Lima e minha Mãe Antônia Pereira de Lima que sempre me incentivaram e que demonstraram todo apoio para que eu atingisse este objetivo.

A minha irmã Maria Kele Pereira de Lima por todo incentivo e pela paciência ao decorrer deste percurso.

A todos os meus amigos do curso que sempre demonstraram apoio e acreditaram na minha capacidade.

RESUMO

O presente trabalho ressalta a relevância dos povos originários no ensino de história na educação básica, fundamentando-se na perspectiva de ampliar a visibilidade da diversidade étnico-cultural e suas resistências desde o período colonial brasileiro, assim, mostra o conjunto das identidades e diversidades indígenas existentes no Brasil, valoriza e discute as visões estereotipadas ainda presentes no livro didático. Para tanto, analisa-se o livro didático do ensino médio, sobretudo, as representações dos povos originários, e propõe um plano de ensino, com o propósito de ir além do “dia do índio”. Como subsídio para esta pesquisa utilizaram-se artigos e revistas científicas, além de análises de iconografias e músicas, e na sequência se estabeleceu um diálogo com alguns autores(as) que discutem sobre tal temática, a exemplo de Kayapó e Brito (2014), Guajajara (2019), Zoia e Perioli (2010), Luciano (2006), entre outros. Esse estudo traz uma visão crítica acerca da história dos povos originários e contribui significativamente com a superação dos estereótipos ainda recorrentes no livro didático de História, o que impossibilita o respeito a sua pluralidade cultural.

Palavras-Chave: História; Povos Originários; Diversidade; Resistência.

ABSTRACT

The present work emphasizes the relevance of native peoples in the teaching of history in basic education, the analysis is based on the perspective of increase the visibility of ethnic cultural diversity and its resistances from the Brazilian colonial period, thus shows the identity set and indigenous diversity existing in Brazil, values and discusses the visions stereotypes still present in the textbook. For this purpose, the book analyzed is from high school didactics, above all, the representations of native peoples, and proposes a teaching plan, with the purpose of going beyond "Índio Day". As a subsidy for this research, articles and scientific journals were used, in addition to analyzes of iconography and music, and in the sequence there is a dialogue with some authors who discuss this theme, like Kayapó and Brito (2014), Guajajara (2019), Zoia and Perioli (2010), Luciano (2006) and between others. This study brings a critical view of the history of people's origins and contributes significantly to overcoming stereotypes still recurring in History textbooks, which makes it impossible to respect its cultural plurality.

Keywords: History; Indigenous Peoples; Diversity; Resistance.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. IDENTIDADE E DIVERSIDADE CULTURAL INDÍGENA NA ESCOLA.....	10
2.1 Os movimentos de resistências dos povos originários	14
2.2 Representações dos povos originários no livro didático.....	17
2.3 Sequência para a temática indígena na escola.....	29
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS.....	33

1 INTRODUÇÃO

Muito se discute sobre a importância de se compreender e conhecer as identidades dos sujeitos, posto que construir uma identidade é um processo que permite enxergar a valorização de múltiplos fatores. As etnias dos povos originários estão presentes na construção da identidade nacional brasileira, sobretudo, porque antes da chegada dos portugueses, essas tribos já habitavam as terras brasileiras. Acerca dessa questão Martinazzo (2010, p. 33), ainda afirma que:

A identidade é algo que marca a cada um de nós, individualmente e ao mesmo tempo nos diferencia enquanto espécie humana de outras espécies. É um produto de nossa evolução cosmiobiológica e cultural e se constrói gradativamente por meio de interações sociais.

Com isso, as nossas identidades socialmente identificadas possuem uma trajetória histórica, e nelas a presença dos valores culturais dos povos originários no nosso cotidiano são recorrentes, com grande participação na construção e evolução do país ao fornecer os elementos fundamentais a formação étnica e cultural do Brasil. Todavia, a presença dos elementos culturais desses povos na cultura e identidade brasileira vão além da culinária, herdamos deles os saberes sobre a natureza e como utilizá-la em favor da vida, sem, no entanto, destruí-la, a exemplo da crença nas práticas de cura, utilizando-se as plantas. Essa prática cultural demonstra o domínio de conhecimento que os originários possuem acerca das ervas.

Nas artes, os valores civilizatórios dos povos originários estão presentes na dança, músicas e nas festas dedicadas aos deuses e a vida; o que aponta para uma diversidade cultural que o Brasil desconhece. Existem diversas etnias originárias e elas têm manifestações culturais diversificadas. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) de 2010, são mais de 800 mil povos originários vivendo no Brasil, eles se dividem em mais de 300 etnias, como o Yanomami, Tupinambás, Guaranis e entre outras.

Os originários são representantes e sujeitos importantes para a compreensão da história e da civilização do Brasil, principalmente por suas trajetórias serem marcadas por muitas lutas pela existência e pela manutenção das suas tradições. Dessa forma, até hoje ainda são vítimas de preconceitos e discriminações por parte da sociedade contemporânea e do Estado que nem sempre os reconhecem

detentores de direitos. Acerca dessa questão, Nóbrega e Nóbrega (2015, p. 199) questionam:

Afinal, para que serve a história? Para pluralizar as prosas, para produzir espaços outros, para dar lugar a quem foi expulso para as sombras, para o exercício da alteridade, a compreensão da multiplicidade, para profanar o sagrado, para politizar os cus, para infectar o mundo, para zumbificar as narrativas grandiloquentes, para capturar os cipós, para alertar o quanto da nossa vida, vida nua, é prótese, é cu-l-tura, que a natureza é artifício, que o Cristo deles é também nosso, se assim quisermos, que nossa genitália não define nada, que as imagens estão aí, no ser-para-o-mundo, para serem democratizadas e politizadas, hoje e ontem.

A cultura na sociedade é algo explorado, principalmente no contexto da vida cotidiana, e nesse processo a cultura originária está presente, uma vez que integra a matriz histórica e cultural do Brasil, entretanto, não é valorizada como deveria, o que faz com que, muitas vezes, sejam criados estereótipos que a engessa. Essa realidade é resultado do fato da história do Brasil ter sido escrita e narrada por uma única perspectiva. Tal compreensão, ainda presente nos livros didáticos de História e contada em sala de aula, faz com que os originários sejam excluídos, mesmo que suas vozes na história sejam diversas. Acerca dessa perspectiva, se pode afirmar que:

A história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mais que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história (ADICHIE, 2019, p. 26).

Apesar de historicamente os originários serem exaltados na literatura brasileira, às realidades de sua maioria são marcadas pela luta em defesa dos seus direitos, a exemplo do direito à terra. Essas narrativas, no entanto, não fazem parte do livro didático e acabam não chegando às salas de aulas.

Além disso, os originários ainda sofrem atos de violência e descasos, como o que ocorreu com o índio pataxó, queimado vivo por jovens de classe média em via pública na cidade de Brasília enquanto dormia. A vida fora lhe tirada no “dia do índio” quando voltava de um ato político no qual reivindicava por seus direitos.

Embora os povos originários e suas culturas façam parte da história do Brasil, ou seja, não há Brasil sem eles, uma vez que deram origem a essa terra, suas histórias ainda não estão integradas no currículo das escolas da educação básica como deveriam.

Nesse sentido, as escolas têm um papel importante a desenvolver, principalmente no que diz respeito a quebrar o silêncio acerca da história e cultura indígena, e validá-la em sala de aula, conforme preconiza a lei nº 11.645/08. Essa lei é importante na superação do silêncio sobre os povos originários na escola, uma vez que torna obrigatório o estudo da história e cultura indígena/ afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio.

Essa lei foi uma conquista das populações negras e originárias através das organizações que compõem os movimentos originários e negros no Brasil, cuja perspectiva é a valorização das diversidades étnicas existentes nesse país, de modo que os currículos escolares também contemplem as heterogeneidades brasileiras a partir de cada região, e assim garanta a todos os estudantes, o direito a uma formação cidadã, de modo que aprenda a valorizar e respeitar a diversidade étnica que caracteriza essa nação.

No que lhe concerne, espera-se que o ensino da história e cultura indígena desperte nos estudantes o valor da importância de se construir uma sociedade igualitária. Essa ação está relacionada à capacidade de o(a) professor(a) desenvolver práticas educativas no contexto escolar que valorizem a diversidade da cultura originária existente no Brasil afora. Acerca dessa questão, Kayapó e Brito (2004), ainda afirmam que:

As escolas e seus currículos, por sua vez, sutilmente vêm acompanhando a ação genocida do Estado brasileiro seja no silenciamento desses povos na história e no estudo da História, na transformação de suas culturas em folclore nacional, ou ainda condenando-os a um passado longínquo da História nacional. Os povos originários são oportunamente lembrados nas aulas de História que tratam da “descoberta do Brasil”, da montagem do sistema colonial e, eventualmente, em momentos pontuais da recente história brasileira. (KAYAPÓ e BRITO, 2014, p.39).

Na educação básica, quando o assunto é história e cultura dos povos originários, se destaca o dia 19 de abril, conhecido nacionalmente e comemorado como o “dia do índio”. Nesse dia, as escolas Brasil afora realizam comemorações de forma superficial como se os povos originários não existissem, quando possuem um papel fundamental na formação cultural e étnica da população brasileira.

No geral, as escolas desenvolvem ações pedagógicas pontuais com a finalidade de conscientizar os estudantes para a valorização da história e cultura originária, mas acabam distanciando-os de tal história e cultura. São ações bem

intencionadas, no entanto, elas não cumprem o objetivo proposto, tão pouco rompem com o silêncio escolar a respeito dos povos originários. Segundo Guajajara (2019, p. 01) afirma:

Respeitar e promover a diversidade e os direitos dos povos originários de todo o país, aldeados ou não, com terras demarcadas ou não, falantes da língua materna ou não, é um dever de todos. Infelizmente, permanece, ainda, no imaginário brasileiro, a ideia de que o índio é aquele ser exótico, que anda nu e com o corpo pintado, usa cocar e vive da natureza. Passados mais de 500 anos de uma colonização pautada pela escravidão indígena, perseguição às crenças e culturas, aniquilamento das línguas e miscigenação forçada, essa imagem já não corresponde aos modos de vida de grande parte dos mais de 300 povos originários brasileiros. Por isso, não existe “índio falso” ou “índio verdadeiro”. Todos os povos devem ser reconhecidos e respeitados.

Nesse contexto, qual a importância de se estudar a identidade, diversidade originária e suas formas de resistência na educação básica? Essas questões são importantes porque incidem sobre o modo como as escolas abordam esses povos e suas culturas. Quais representações a escola constrói acerca dos povos originários? Fundamentado nesses questionamentos, o presente trabalho de conclusão de curso analisa a presença da diversidade dos povos originários e suas representações na escola da educação básica.

Para tanto, analisamos as representações da história e cultura originária no livro didático e propomos uma sequência didática que rompe com a ideia do dia do índio, prática ainda recorrente na escola da educação básica.

2 IDENTIDADE E DIVERSIDADE CULTURAL INDÍGENA NA ESCOLA

A identidade e diversidade cultural dos povos originários são compostas por um misto de elementos como: religiosidades, línguas, etnias, entre outros; essas características permitem reconhecê-los como tais. Segundo Hall (2005) “a etnia é o termo que utilizamos para nos referirmos as características culturais – língua, religião, costumes, tradições, sentimento de „lugar” – partilhadas por um povo” (HALL, 2005, p. 62).

Entretanto, as diversidades dos povos originários, dizem respeito aos diversos povos e variadas culturas espalhadas por todo território brasileiro. Com relação à essa cultura, pode-se afirmar que:

As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmo (HALL, 2005, p. 50).

No entanto, a grande cultura originária é um conjunto de diversidades, valores e conhecimentos, estão enraizados em todos os sujeitos, seja no hábito vivenciado diariamente, através da musicalidade, variedade linguística, entre outros. Existe uma diversidade étnica de povos originários no Brasil, são mais de 305 etnias que falam 274 diferentes línguas, pessoas que se declaram de outras raças, mas se consideram originários por conta das tradições e costumes de seus ancestrais que já estavam presentes no Brasil antes da sua colonização.

Muitos povos originários são discriminados por mudar o aspecto de sua cultura e da identidade tradicional do seu povo. Segundo Hall (2005, p. 21) „„uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganha ou perdida””.

Significativa e concreta é a diversidade de identidades culturais dos povos originários existentes no Brasil, o que é decorrente da mudança e evolução das gerações que agregam a sua cultura, hábitos não originários, sem deixar de perder sua identidade.

Discutir sobre os conceitos de identidade e diversidade é importante porque possibilita ao/a professor/a no processo de ensino e aprendizagem da história, compreender a importância dos povos originários na construção do Brasil, e assim desconstruir a visão estereotipada sobre esses povos ainda recorrente nas práticas didáticas que ocorrem nos ambientes escolares, assim como suas representações no livro didático de História. Sobre essa questão, Zoia e Peripolli (2010, p. 11) afirmam que:

Quando falamos em índios precisamos estar cientes de que existe uma grande diversidade de povos, cada qual com sua cultura, seus costumes, suas crenças, modos de viver e de conceber o mundo. Essa diversidade nos impõe a necessidade de desconstruir a ideia do índio que se encontra generalizada no imaginário da população brasileira, a fim de eliminar os equívocos de que “índio é tudo igual”.

A educação brasileira de acordo com a Lei 11.645/2008 deve contemplar no currículo escolar a história e cultura dos povos originários presentes na sociedade; possibilitar aos estudantes entenderem que esses povos fazem parte de uma

multiplicidade de culturas existentes no Brasil, por isso é necessário o entendimento da identidade e diversidade brasileira, de modo que na educação básica os estudantes aprendam a respeitar a história e cultura dos originários, superando os preconceitos. Com esse fazer, as escolas fortalecem as políticas públicas de assistência a esses povos, e para tanto, devem ser incentivadas a realização de projetos educativos sobre a diversidade, que garanta os direitos dos povos originários, além de promover a construção de uma sociedade justa e igualitária.

A metodologia de como a escola trabalhará com os estudantes a história e a cultura dos povos originários no Brasil deve ser planejada, de modo que tal história seja revista e supere os estereótipos, tendo em vista que se trata de uma cultura riquíssima e deve ser explorada na perspectiva de levar conhecimento aos estudantes da educação básica e também superior.

Uma prática educativa que contemple a diversidade de culturas dos povos originários é de suma importância. Por isso, se faz necessária à presença de professores(as) da cultura originária nas redes de ensino, o que fortalecerá o ensino da história e de sua cultura. Desse modo o ensino de tal história e cultura se fará de modo mais profundo; uma vez que professores(as) da cultura originária têm melhor conhecimento dos seus povos. Sobre este conteúdo, Rodrigues (2016, p. 108) afirma o seguinte:

Acreditamos que os conteúdos relacionados às minorias devem ser ensinados e compreendidos dentro dos vários contextos sócio históricos culturais existentes no Brasil. Apesar de difícil, a tarefa de proporcionar informações e possibilitar meios de entendimento sobre os “outros” cidadãos nacionais, deve ser seriamente executada na escola, espaço, por excelência e genuíno, de promoção dos vários saberes e atitudes sociais responsáveis, conscientes e críticas (ou assim o deveria ser!).

É possível compreender que a educação básica possui considerável responsabilidade no processo de valorização do conhecimento da identidade e diversidade dos povos originários, e o acesso a essas informações históricas garantem à população brasileira compreender a dimensão da etnia dos povos originários que viviam e ainda vivem no Brasil e se constitui da relação que se mantém com a terra, uma vez que dela retiram seu sustento através da caça, pesca e agricultura.

Originários são povos que respeitam a natureza; é preciso deixar claro que foram os primeiros a habitarem esse país, mas com a chegada dos colonizadores ao

Brasil foram inseridos em outra cultura à medida que se sentiram atraídos pelos materiais trazidos pelos portugueses, o que era novidade. A partir das trocas realizadas com os portugueses, foi-se solidificando o verdadeiro objetivo destes que era dominar a civilização, a política e a religião dos povos originários. Assim os portugueses iniciaram a colonização, porém, quando decidiram implantar o sistema colonial, transformaram-nos em escravizados agrícolas e os privaram de suas atividades tradicionais, daí iniciou-se a luta desses povos, e que até hoje persiste. Sem um território próprio, fica ameaçada a manutenção das tradições dos povos originários, culturas e direitos a educação básica.

Como direito, a educação que lhe for destinada deve se fazer de acordo com sua metodologia, uma vez que é uma ferramenta importante para aprender sobre a sua identidade e diversidade. Sobre essa questão Paula e Mendonça (2009, p. 51) afirmam que:

A escola é criação social e representa um espaço em que as apropriações comuns de uma sociedade podem ser ordenadas e classificadas de acordo com a utilidade e a significação dos conceitos sociais, desde que essas apropriações tenham relevância para o desenvolvimento da criança, sendo utilizadas como ferramenta de interação da criança com o grupo social (PAULA e MENDONÇA, 2009, p.51).

Nesse sentido, fortalecer o conhecimento sobre os povos originários desde o ensino infantil até o ensino superior tem uma grande relevância, uma vez que garantem aos sujeitos o aprendizado do valor destes povos na construção da sociedade brasileira. Desta feita, a identidade e diversidade cultural desses povos na escola existem, porém, é repassada de maneira generalizada, levando apenas conhecimentos históricos básicos de uma cultura viva. Com relação a esta problemática, ou seja, a generalização da história, o samba-enredo do Carnaval de 2019 – “Histórias para Ninar Gente Grande” da G. R. E. S. Estação Primeira de Mangueira (RJ) rompe com essa perspectiva, à medida que traz à história do Brasil na perspectiva da população negra.

Brasil, meu nego
Deixa eu te contar
A história que a história não conta
O avesso do mesmo lugar
Na luta é que a gente se encontra
Brasil, meu denço
A mangueira aqui chegou
Com versos que o livro apagou

Desde 1500 tem mais invasão do que descobrimento
 Tem sangue retinto pisado
 Atrás do herói emoldurado
 Mulheres, tamoios, mulatos
 Eu quero um país que não está no retrato

A letra desse samba enredo faz uma crítica à história ensinada na escola da educação básica, sobretudo, a versão que consta no livro didático. Ou seja, as histórias estão sendo contadas apenas superficialmente, onde a realidade percorrida pelos sujeitos negros e originários é excluída.

As escolas, ao trabalharem sobre a história dos povos originários, ainda trabalham com a visão de um sujeito atípico e distante da comunidade escolar. Segundo Funari e Piñón (2011, p. 17), “os povos originários fazem parte da nossa história, da nossa cultura, mas isso nem sempre está claro”.

Porém, todo o conhecimento e importância da realidade da identidade e diversidade cultural dos povos originários nas escolas devem ser preservados e garantidos, posto que é indispensável na formação da identidade de uma sociedade que busque ampliar ao invés de restringir. Sobre tal questão, Funari e Piñón (2011, p. 20), argumentam que:

Por muito tempo, pensou-se que a identidade fosse algo único, evidente e imutável. Nessa perspectiva, ser índio é ser diferente de qualquer outra coisa, algo transcendente, que não muda nunca.

Diversas são as identidades originárias, povos diferentes, diversas formas de conhecimento e de vivenciar a realidade e cultura no cotidiano e no espaço escolar, então não podemos generalizar que apenas no “dia do índio”, se faz necessário discutir sobre essa memória da sociedade, desde a ancestralidade aos dias atuais. A história e a cultura dos povos originários devem compor o currículo escolar, de modo que professores(as) trabalhem-na ao longo do ano letivo e não apenas no dia 19 de abril.

2.1 Os movimentos de resistências dos povos originários

Por meio dos movimentos e organizações políticas, os povos originários lutam por território, respeito às suas diversidades étnicas e culturais e todos os direitos fundamentais, entre eles a educação. Com relação a essa questão pode-se afirmar que:

Movimento indígena, segundo uma definição mais comum entre as lideranças, é o conjunto de estratégias e ações que as comunidades e as organizações originárias desenvolvem em defesa de seus direitos e interesses coletivos. Movimento indígena não é o mesmo que organização indígena, embora esta última seja parte importante dele. Um indígena não precisa pertencer formalmente a uma organização ou aldeia indígena para estar incluído no movimento indígena, basta que ele comungue e participe politicamente de ações, aspirações e projetos definidos como agenda de interesse comum das pessoas, das comunidades e das organizações que participam e sustentam a existência do movimento indígena, neste sentido, o movimento indígena brasileiro, e não o seu representante ou o seu dirigente. Existem pessoas, lideranças, comunidades, povos e organizações originárias que desenvolvem ações conjuntas e articuladas em torno de uma agenda de trabalho e de luta mais ou menos comum em defesa de interesses coletivos também comuns. (LUCIANO, 2006 p. 58 e 59)

Independentemente de ter uma data comemorativa, especificamente a do dia 19 de abril “dia do índio”, os povos originários ainda precisam constantemente lutar pela garantia da preservação da cultura e de seus direitos, sendo um processo que vem desde os tempos coloniais.

Portanto, a resistência e existência dos movimentos desencadeados pelos originários levaram a conquista de direitos, conforme suas tradições e costumes, a partir da constituição de 1988. Como está assegurado no capítulo VIII, da Constituição da República Federativa do Brasil (1988, p. 133):

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupa, competindo a união demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Por outro lado, a falta de apoio estatal é um dos processos que vem a dificultar a participação e reconhecimento dos povos originários, isso prova que os seus direitos até hoje ainda continuam sendo negligenciados e não se faz valer o artigo 233 da Constituição Brasileira. Isto atrapalha a valorização dos povos originários na nossa sociedade, que é um problema recorrente e está refletido nas dificuldades que esse povo tem de acesso a serviços públicos de saúde, educação, alimentação. Acerca dessa questão, Luciano (2006, p. 84) afirma que:

Na atualidade, a principal dificuldade dos povos originários é manter e garantir os direitos já adquiridos, além de lutar por outros direitos que ainda precisam ser conquistados para consolidar a perspectiva étnica de futuro, enterrando de vez a ameaça e a extinção desses povos. Na cabeça de muitas pessoas no Brasil, os povos originários ainda são vistos como seres transitórios, que algum dia deixarão de existir, seja por meio de processos naturais ou induzidos pelas políticas de intervenção. Neste sentido, não é coincidência a existência de mais de uma centena de propostas de

emendas constitucionais (PEC's) no Congresso Nacional que tentam negar ou reduzir os direitos originários conquistados à custa das vidas de centenas de lideranças originários do Brasil.

A vulnerabilidade social destes povos é histórica e ainda permanece, sobretudo, quando os atuais governos negam a existência das comunidades presentes nos quatro cantos deste país, as quais sofrem com desmatamentos e preconceitos sociais; fruto de uma visão eurocêntrica ainda recorrente em muitos sujeitos que estão na gestão de órgãos públicos que deveriam assegurar a efetivação dos direitos aos povos originários.

A prática de resistência dos originários é antiga, ou seja, está intrínseca a história do Brasil. Teve início com os confrontos com os portugueses que os submeteu a condição de escravizados. Porém, os movimentos políticos dos originários em defesa dos seus direitos ainda são recorrentes e se caracteriza pela formação de lideranças que buscam apoio e parcerias para que os povos originários possam ser reconhecidos na sociedade como cidadãos, tendo seus costumes, línguas, crenças, tradições e todos os direitos respeitados.

A situação dos povos originários desde a colonização passou por diversas transformações, porém até a atualidade muitos deles estão envolvidos em questões de posse de terras, valorização de sua etnia, combate ao preconceito e respeito à diversidade e identidades originários. Sobre a posse das terras dos originários, a Canção Reis do Agronegócio de Rennó e César (2015) elucida tal realidade à medida que expõe os responsáveis pela invasão das terras originárias:

Vocês que enxotam o que luta por justiça;
 Vocês que oprimem quem produz e que preserva
 Vocês que pilham, assediam e cobiçam.
 A terra indígena, o quilombo e a reserva.
 Vocês que podam e que fodem e que ferram
 Quem represente pela frente uma barreira
 Seja o posseiro, o seringueiro ou o sem-terra.
 O extrativista, o ambientalista ou a freira.

Os povos originários representam e são importantes na defesa do meio ambiente e a letra desta canção mostra a expansão dos interesses do agronegócio nos territórios originários. A luta do agronegócio contra tais povos é violenta, politicamente desigual e injusta, tendo em vista também a baixa representatividade das comunidades originárias nos órgãos estatais que elaboram a política nacional que lhes são destinadas. Como resultado da disparidade entre as representações

destes povos e do agronegócio nos órgãos gestores das políticas públicas para essa gente, faz com que perdure a morosidade nos processos de demarcação das terras originárias. Esta ação está paralisada, o que se constitui um retrocesso na garantia dos direitos constitucionais a esses povos.

2.2 Representações dos povos originários no livro didático

Com a aprovação da lei nº 11.645/08 que prevê a inclusão da temática indígena em sala de aula, sobretudo nos currículos escolares, o ensino da história e cultura dos povos originários deveria ser uma constante, ou seja, fazer parte do cotidiano da escola. Mesmo com essa conquista, muitos professores(as) ainda excluem a história e cultura desses povos do currículo escolar, e quando se referem a ela, ocorre de maneira superficial e ainda reproduzem estereótipos desses povos como sendo atrasados, ou seja, distantes dos contextos sociais e tecnológicos. Tal realidade é recorrente nos livros didáticos, o que representa um retrocesso que afeta todos os cidadãos. Acerca dessa questão, relatam que:

A discussão acerca da representação dos povos originários no livro didático é uma questão contemporânea, todavia a representação desses povos e sua cultura no livro didático não. Por isso, elas precisam ser vista não só por pesquisadores (as) no campo da história, mais, sobre tudo, professores (as) da educação básica, visto que são eles (as) que lidam diariamente com o processo ensino-aprendizagem de História nas séries iniciais. Portanto, professores (as) devem estar atentos (as) às representações dos povos originários nos livros didáticos com que lidam cotidianamente em sala de aula. Caso contrário podem estar na sala de aula reproduzindo os estereótipos do índio preguiçoso, sem história, atrasado e que só viveu no Brasil do passado (CHAGAS e NASCIMENTO, 2014, p. 157).

No contexto escolar, as representações da história indígena nos livros didáticos são evidentemente insuficientes, principalmente na concepção de debates que levem em consideração a importância dos movimentos originários na contemporaneidade. Pouco se tem conhecimento sobre os povos originários e sua ancestralidade nos livros didáticos, fontes essas que estão diariamente em sala de aula, no entanto, ainda ignoram a real luta destes povos que merecem visibilidade nas aulas de História e demais componentes curriculares.

Assim, analisar nos livros didáticos de História representações dos povos originários é importante, posto que auxilia os docentes nas suas aulas, tendo que o

livro didático é a principal ferramenta disponível muitas das vezes para os discentes e docentes.

Segundo Santos (2011, p. 28), “Representação pode ter vários sentidos em português. Trata-se de uma palavra de origem latina, oriunda do vocábulo *repraesentare* que significa “tornar presente” ou “apresentar de novo”. Por representação entendemos a visão do mundo e o modo de identificar um fato, objeto e sujeito, o representado possui um elo de significações e interpretações. Acerca de tal questão, Silva e Casagrande (2020, p. 07) argumentam que:

Os livros didáticos abordam diferentes assuntos, contextualizando-os aos alunos por meios de imagens, textos e atividades. Esse material tão presente em nas salas de aulas, auxilia na formação dos educandos e os auxilia a formar suas primeiras impressões do mundo.

Para tanto, analisamos a coleção de livros didáticos de História, volume único da Editora Saraiva; obra escrita pelos historiadores(as) Ronaldo Vainfas, Sheila de Castro Faria, Jorge Ferreira e Georgina dos Santos. Foi publicado no estado de São Paulo no ano de 2014. A obra possui 1ª, 2ª, 3ª parte. Analisamos tal obra com o objetivo de perceber como a história e culturas dos povos originários estão representadas.

Os livros didáticos possuem 52 capítulos e 784 páginas, com o resultado dessa análise, podemos destacar no livro didático que a história e cultura dos povos originários é uma temática pouco abordada e superficial, citados apenas indiretamente em alguns capítulos. Na primeira parte do livro os povos originários só começam a ser citados no capítulo 12, intitulado “Américas Conquistadas”, principalmente nas páginas 146 e 147, cujo capítulo discute uma narrativa limitada apenas aos Tupis e faz uma breve referência à cultura e a identidade desses povos, apesar de haver uma multiplicidade cultural e étnica.

Nesse capítulo, o conteúdo sobre a história e cultura dos povos originários e seus deslocamentos no Brasil são poucos; a história narrada pelos autores é mínima e está limitada ao período após a chegada do colonizador português. Além disso, trata os povos originários como complemento da história humana, e não sendo como sendo parte da história da humanidade. Eis a razão porque o professor/a, ao lidar com esse conteúdo em sala de aula, deve mostrar aos(as) educandos(as) a história do Brasil na perspectiva de tais povos, sobretudo, porque antes da invasão de

Cristóvão Colombo a América, este continente era povoado e estava ocupado por povos originários das diferentes etnias.

Ademais, no capítulo 12 do livro didático, os povos originários são representados como sendo primitivos, selvagens, ignorantes, violentos e sem fé. Outro aspecto recorrente na obra didática analisada é a falta de fontes iconográficas sobre a diversidade de etnias. Na Figura 1 identificamos uma ilustração representando a cultura da etnia tupi.

Figura 1 - Preparo da carne humana em episódio canibal




Fonte: Livro do Conecte História - Volume Único (Ensino Médio), Primeira Parte, p.147.

Nesse capítulo do livro didático analisado a representação sobre os povos originários na América, limita-os a um aspecto do povo tupi no Brasil, como se não houvesse várias etnias com suas diversas culturas. Há, portanto, umas poucas informações sobre a cultura e a identidade desses povos, apesar de haver na América e no Brasil uma multiplicidade cultural e étnica de povos originários.

Outras referências aos povos originários estão no capítulo 17 da primeira parte, denominado “Impérios e Sociedades Coloniais”, na página 213, a narrativa se atém aos povos originários na condição de escravizados, e utilizados como mão-de-obra na manutenção da economia colonial, sobretudo, na produção de açúcar nos engenhos coloniais. Nos pequenos recortes, como mostra a Figura 2, os originários estão citados, cuja caixa traz uma breve explicação da importância dos colonos e originários na América do Norte.

Figura 2 - Outra Dimensão: Resistência

Colonos e indígenas na América do Norte



Retrato de Pontiac (1720-1769). Óleo sobre tela de John Mix Stanley, 1769. (Coleção Particular.)

Na colonização inglesa da América do Norte, teve grande importância o comércio entre colonos e indígenas (hurões, cherokees, iroqueses, algonquinos etc.). Os colonos da Nova Inglaterra com frequência trocavam armas, pólvora e cavalos por peles (resultante da caça indígena de cervos e outros animais), além de vender rum aos nativos, desenvolvendo neles um hábito que se revelaria desagregador.

A história colonial norte-americana registra várias rebeliões indígenas contra os colonizadores. Em 1637, 3 mil indígenas pequot levantaram-se, em Connecticut, contra o avanço dos colonos em suas terras. A rebelião foi reprimida e muitos deles foram vendidos como escravos nas Antilhas.

Em 1675, os indígenas wampanoag, liderados por Metacom, entraram em guerra contra os colonos da Nova Inglaterra, em um conflito que durou dois anos. Os indígenas foram derrotados e Metacom, morto em 1676, teve seu corpo esquartejado, com sua cabeça colocada em um poste em Plymouth.

A principal revolta ocorreu em 1763, ao final da Guerra dos Sete Anos (1756-1763) entre França e Inglaterra. Liderada pelo grande chefe Pontiac, líder dos indígenas ottawa, travaram uma guerra contra os ingleses que se estendeu do vale do Ohio até Pensilvânia, Virgínia e Maryland. Pontiac foi derrotado em 1769.

■ As relações entre colonos e indígenas na América inglesa preludiam os grandes massacres de nativos no século XIX. Em 1869, o general Phillip Sheridan cunhou, a esse respeito, uma frase que ficou célebre. Pesquise qual frase teria sido dita por ele.

Fonte: Livro do Conecte História - Volume Único (Ensino Médio), Primeira Parte, p.217.

Os povos originários são narrados como importantes para a economia colonial, sobretudo, por terem sido utilizados como mão-de-obra escravizada, quando o livro deveria discutir a resistência desses ao processo de submissão e extermínio a que foram submetidos pelos colonizadores portugueses.

Ainda que o livro didático não se refira a resistência contra a colonização desencadeada pelos povos originários nas Américas em especial no Brasil é importante o/a professor/a tratar tal assunto, principalmente porque tais povos estão nas origens desse país e integra sua matriz cultural.

No capítulo 18, intitulado “A colonização na América Portuguesa”, iniciado na página 223, a imagem que abre esse capítulo é elucidativa da condição a que os

povos originários foram submetidos a partir da relação que estabeleceram com os portugueses, conforme representado na Figura 3:

Figura 3 - Extração e embarcação do pau-brasil



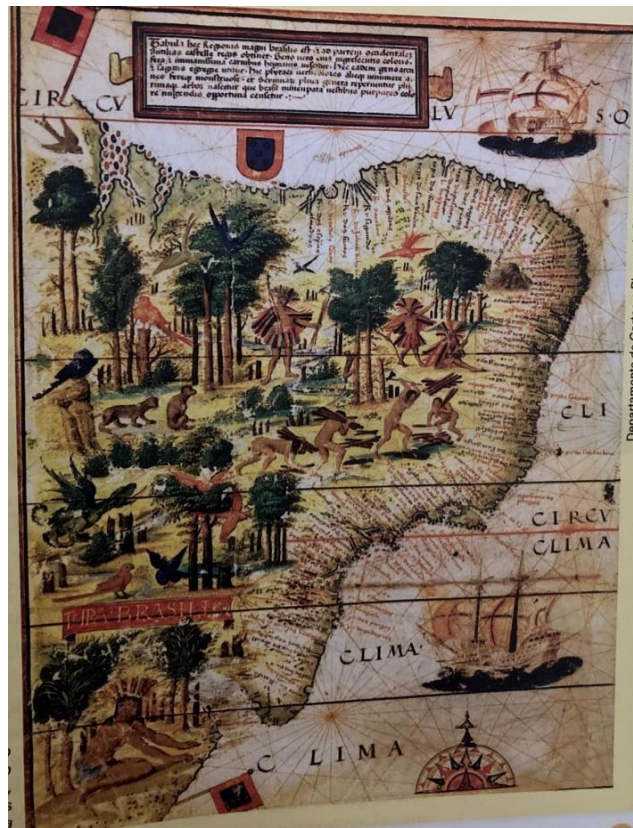
Fonte: Livro do Conecte História - Volume Único (Ensino Médio), Primeira Parte, p.223.

Apesar da importância da história e cultura dos povos originários na formação cultural e da identidade brasileira, essa temática no livro didático é colocada em segundo plano, o que está evidenciado no modo como é abordada enquanto conteúdo de história.

A narrativa didática recorrente é da história dos portugueses que começa com a colonização da América, enquanto os povos originários são coadjuvantes, uma vez que sua história está atrelada a chegada dos portugueses a América e aos seus feitos. Ou seja, os povos originários quando são mencionados na narrativa estão imersos na exploração do pau-brasil, o principal produto da economia colonial; primeira matéria prima explorada pelos colonizadores no Brasil, o que se fez via escambo com os povos originários.

Na página 225 da Primeira Parte do livro didático há a iconografia de um mapa que retrata a exploração do pau-brasil realizada pelos portugueses com o uso dos povos originários como escravizados, conforme representado na Figura 4:

Figura 4 - Mapa produzido no século XVI, retratando a exploração do pau-brasil



Fonte: Livro do Conecte História - Volume Único (Ensino Médio), Primeira Parte, p.225.

Na representação é nítida a ideia de que os povos originários são coadjuvantes, e contribuíram com os portugueses no projeto de colonização do Brasil, no tempo do pau-brasil, os indígenas não tinham ideia do que os portugueses faziam com aquela madeira toda, afinal, eles não procuravam uma economia mercantil e sim de subsistência. Portanto, é visto de forma clara que os indígenas foram vítimas da conquista portuguesa.

No mesmo capítulo, especificamente na página 229, os(as) autores(as) fazem mais uma referência aos povos originários, a respeito da participação deles na Guerra da Guanabara entre franceses e portugueses pela conquista do território.

Os povos originários nesse tópico foram apenas retratados como detentores de uma pequena participação nessa guerra e acabaram sendo usados pelos portugueses para a conquista da América e posteriormente do Brasil, conforme ilustrado pela Figura 5:

Figura 5 - Guerra da Guanabara (batalhas navais)



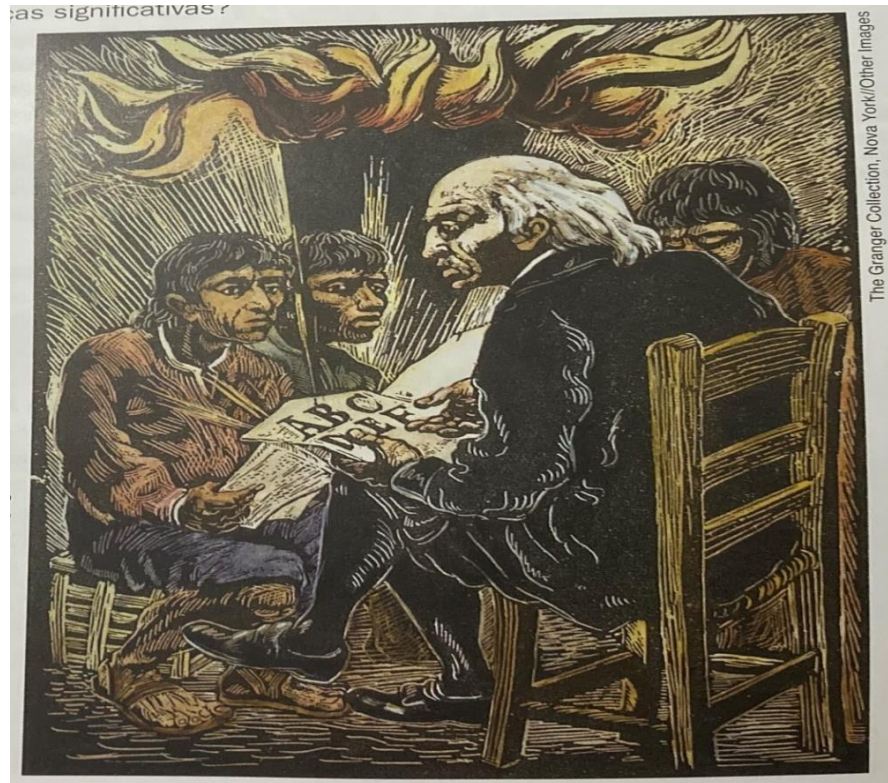
Fonte: Livro do Conecte História - Volume Único (Ensino Médio), Primeira Parte, p.225.

Na sequência a página 231, traz comentários sobre a maior rebelião indígena ocorrida no Brasil durante o século XVI, conhecida como „„santidade indígena””.

Os conteúdos da história e cultura dos povos originários na primeira parte do livro didático são retratados apenas em alguns capítulos e de forma fragmentada e superficial, tratados como acréscimos de conteúdos da história da colonização da América, e não como história dessa etnia que historicamente está na matriz cultural do Brasil.

Na segunda parte do livro, especificamente no capítulo 22, denominado “Revoluções nas Américas”, especificamente na página 285, ficam evidentes que os povos originários são retratados como colaboradores dos colonizadores, e pouca ou nenhuma participação tiveram nos movimentos da independência do Brasil, como mostra a Figura 6:

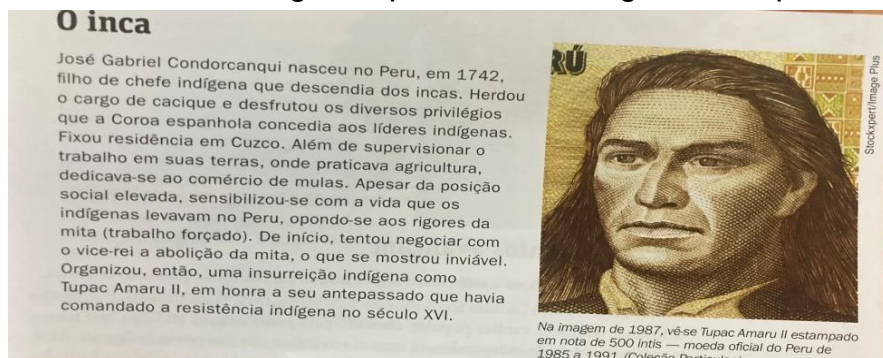
Figura 6 - Exemplo de liderança que pensava na Independência



Fonte: Livro do conecte História - Volume Único (Ensino Médio), Segunda Parte, p.285.

Nessa iconografia o fidalgo Miguel Hidalgo está representado ensinando os indígenas a ler, com o intuito de dá exemplo de liderança, esse episódio marcou a Revolução Francesa. Outra fase das revoluções dos povos originários, está descrita no mesmo capítulo, quando Tupac Amaru colocou-se à frente do movimento em defesa das aldeias, exigindo a abolição do trabalho forçado.

Figura 7 - Filho do chefe Indígena, que herdou o cargo de cacique



Fonte: Livro do conecte História - Volume Único (Ensino Médio), Segunda Parte, p.293.

A partir da Figura 7, é possível ao(a) professor(a) discutir sobre os povos originários como símbolo da resistência aos conquistadores europeus, nessa perspectiva é essencial que o(a) professo(a) seja o principal mediador e estabeleça diálogos na sala de aula que complemente a história e que de fato possa ter referências diante das lutas de resistência constante dos povos originários.

A Figura 8, extraída do livro analisado, está contida no capítulo 30, intitulado “As Repúblicas das Américas”, com início na página 417, nele os povos originários estão citados a partir do aspecto da organização política, uma vez que a representação se refere ao principal chefe da resistência contra o avanço do governo norte-americano.

Figura 8 - Resistências indígenas



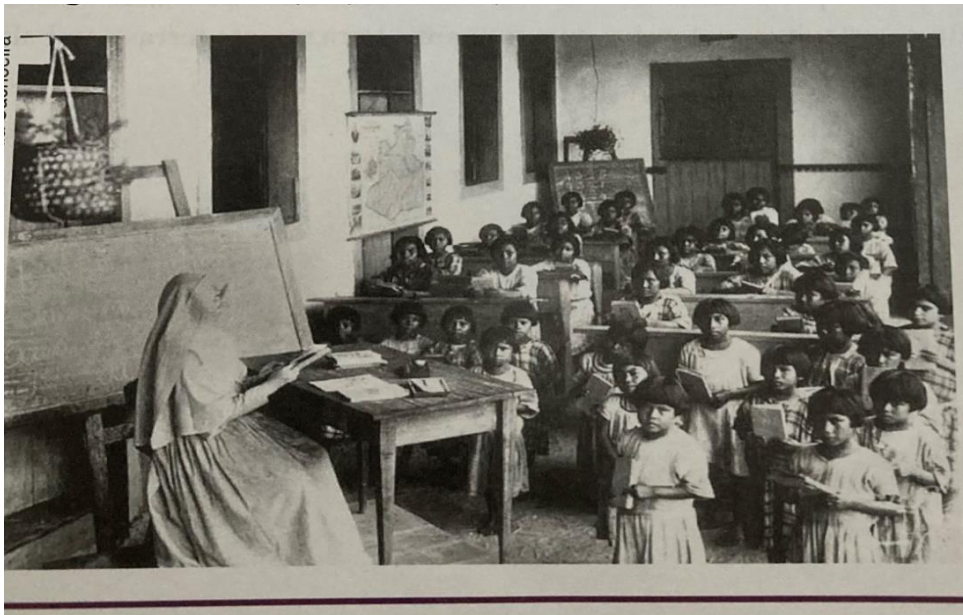
Fonte: Livro do conecte História - Volume Único (Ensino Médio), Segunda Parte, p.417.

Nesse capítulo há um pequeno texto cuja narrativa se refere à remoção dos povos originários, no contexto dos conflitos em decorrência da invasão de suas terras e promulgação de leis contra eles, como a lei de remoção dos índios, em 1830, que obrigava diversos desses povos a migrar para as reservas localizadas a oeste do rio Mississippi.

Um pouco a frente, no capítulo 32, denominado “O Brasil é o Vale – Cafeicultura no Século XIX,” que se inicia na página 438, traz um relato sobre o processo de como os povos originários do Brasil se integraram ao mercado de trabalho após a política civilizatória, o que nunca se concretizou, como diz o próprio

texto „„a idealização e romanização dos indígenas““, ocorridas principalmente na corte, no Rio de Janeiro, nas regiões de fronteiras do Brasil, como no Amazonas, onde eles ainda eram numerosos, continuavam a ser escravizados clandestinamente, além de possuírem suas terras exploradas de forma paulatina e constante, terras que foram a eles atribuídas pelo sistema de sesmaria do período colonial. O exercício de integração dos povos originários a sociedade branca também se fez com a catequização e escolarização desses povos na cultura cristã europeia, conforme demonstra a Figura 9:

Figura 9 - Aula no internato de Taracúá, Rio Uapés, Alto Rio Negro, em 1914.



Fonte: Livro do Conecte História - Volume Único (Ensino Médio), Segunda parte, p.438.

O ingresso dos povos originários no internato, sobretudo os meninos, tinha o intuito de transformá-los, e integrá-los aos costumes europeus, pois eram vistos pelos europeus como “selvagens”.

Conforme os europeus, era necessário aos povos originários, nas aulas que lhe foram impostas, aprender a língua e a cultura do colonizador, o que representou a destruição cultural e a morte dos seus valores espirituais.

A terceira parte do livro didático traz narrativas sobre a política indigenista, tal discussão está no final do capítulo 43, denominado “Brasil: a República nacional-estatista”, iniciado na página 623. Nesse capítulo os(as) autores(as) discutem sobre a política do Estado brasileiro para os povos originários, tal processo se iniciou nos

anos de 1930, e desde então, avançou no sentido da garantia dos direitos das populações originárias, e a primeira a garantir esses direitos foi a constituição de 1934, assegurando territórios aos indígenas e responsabilizando o governo federal pela política indigenista. Diante disso, durante o Estado Novo, a política ressaltava que os indígenas constituíam as verdadeiras raízes brasileiras. Vargas foi o primeiro presidente a visitar uma aldeia indígena, instituiu o Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI), sob presidência do Marechal Cândido Rondon, porém propôs medidas para a “nacionalização dos silvícolas”. A partir de 1938, o Governo Vargas promoveu a chamada “Marcha para o Oeste” com o objetivo de incentivar a migração interna, essa Marcha gerou conflitos de terras entre migrantes e comunidades indígenas, resultando em muitas mortes. Uma das partes do processo de interiorização do Brasil se deu a partir da Expedição Roncador-Xingu, com o objetivo de alcançar regiões desconhecidas e inexploradas do interior do país.

No capítulo 48, denominado “O Brasil e a República Democrática”, iniciado na página 699, a narrativa é sobre a política indigenista brasileira nos anos 1930 a 1945 e as ideias propostas pelos irmãos Villas-Boas, a exemplo da criação do Parque Nacional do Xingu.

A população indígena estava diminuindo por causa das invasões das terras onde viviam e as doenças transmitidas no contato com a população urbana. Com essa situação, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) adotou como política indigenista as ideias defendidas pelos irmãos Villas-Bôas, as quais consistiam em reconhecer e respeitar as diferenças culturais. Diante disso, a proposta dos irmãos com esse parque era preservar a natureza e defender os indígenas dos perigos decorrentes do desenvolvimento econômico capitalista. Organizaram programas de saúde pública e assistência médica e vacinação, o resultado foi o crescimento dessa população. Atualmente a reserva se chama Parque Indígena do Xingu (Figura 10).

Figura 10 - Aldeia Kalapalo, no Parque Indígena do Xingu



Fonte: Livro do Conecte História - Volume Único (Ensino Médio), Terceira Parte, p.700.

Um aspecto não relatado nesse capítulo são as referências às lideranças dos povos originários, o que os tornam sem participação na defesa dos seus direitos e do seu território. A ausência dessa questão é problemática, sobretudo, porque na contemporaneidade há o movimento dos povos originários em defesa dos seus territórios e preservação do meio ambiente. Essas questões são urgentes e necessárias a sociedade contemporânea, o que justifica a importância dos(as) professores(as) debaterem em sala de aula, uma vez que tal questão perpassa pelo ensino de história e cultura indígena na sala de aula, conforme está prescrito na Lei 11.645/2008.

Portanto, a análise dos livros didáticos de História deve ser um exercício constante a ser realizado por professores(as) de História no sentido de ensinar a história e a cultura dos povos originários de modo a não reproduzir os estereótipos construídos pelos europeus.

Os livros didáticos analisados trazem alguns aspectos da história dos povos originários, mas essa ainda é tratada de forma breve e em alguns capítulos e caixas de textos, que ressaltam alguns pontos factuais, e exclui outros importantes a compreensão da história desses povos, a exemplo da diversidade étnica e cultural,

essencial para se compreender e reconhecer a história dos povos originários antes do contato com os colonizadores europeus.

2.3. Sequência didática para a temática indígena na escola

Quadro 1 - Abordagem do conteúdo na escola

PLANO DE ENSINO:	
Tema da aula:	Os povos originários e a formação sociocultural brasileira.
Duração da Aula:	8 aulas de 55 minutos
Ano:	1º ano do ensino médio
Área do conhecimento:	Ciências Humanas Sociais e Aplicadas
Componente curricular:	História
OBJETIVOS:	
GERAL:	Desenvolver o reconhecimento e a importância da identidade e diversidade cultural dos povos originários e sua valorização na construção do Brasil, e desconstruir a visão estereotipada.
ESPECÍFICOS:	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender a dimensão da etnia dos povos originários no Brasil; • Conhecer as características dos povos originários em diversos espaços culturais; • Estudar as práticas de resistências;
CONTEÚDOS:	
<ul style="list-style-type: none"> • Diversidade étnica; • Cultura Indígena; • Resistências dos povos originários; 	
METODOLOGIA/APLICAÇÃO:	
<p>Aula 1: a aula começa com a exposição do vídeo e música “Todo dia era dia de Índio” interpretada pela artista Baby Consuelo, lançada no ano de 1981 no álbum Canceriana Telúrica. Após a</p>	

audição da música serão apresentadas as seguintes questões: Por que todo dia era dia de Índio? Por que hoje os povos originários tem somente o dia 19 de abril? Por que a história dos povos originários foi reduzida a uma data? Por que o vínculo dos povos originários com a natureza é importante para a humanidade? Por que os povos originários tinham a alegria de viver e hoje eles têm o canto triste? Essas questões críticas serão discutidas a partir da letra da música exposta na aula. O/a professor/a possibilitará aos estudantes participar das discussões e indagar de forma crítica os estereótipos atribuídos aos povos originários, e assim abrir o diálogo com outras culturas, o que dará visibilidade a questões anteriormente silenciadas, tal como a história, cultura e ancestralidade desses povos.

Aula 2: começa com a abordagem sobre a diversidade étnica e identidade dos povos originários, a partir das representações das iconografias recorrentes nos livros didáticos se desconstruirá o “padrão fictício” sobre esses povos. Em seguida a turma será encaminhada ao laboratório de informática, será dividida em equipes e solicitada que cada equipe pesquise sobre as comunidades originárias existentes no Brasil. Na pesquisa serão contempladas as características culturais, religiosidade, linguística, entre outros aspectos. Cada equipe deve construir uma produção textual dissertativa argumentativa sobre: „„Aspectos Culturais dos Povos Originários do Brasil””.

Aula 3: apresentação das produções textuais pelas equipes sobre os aspectos culturais e as diversidades das comunidades originárias. Em seguida será realizada uma exposição das produções realizadas por cada equipe, de modo que toda comunidade escolar tenha acesso.

Aula 4: apresentar o líder indígena Ailton Krenak, exibir o vídeo Índio cidadão? No Congresso Nacional. Nesse vídeo Ailton Krenak faz um discurso histórico no Plenário do Congresso Nacional. A partir do vídeo os estudantes devem refletir sobre os temas políticos e os direitos dos povos originários como forma de resistência. Apresentar também diversos influenciadores (as) pensadores (as) dos povos originários e suas ideias, entre eles: (as) Samela Saterê-Mawê, Tukumã Pataxó, Alice Pataxó, Lídia Guajajara. Estes e estas refletem e debatem acerca dos diversos temas entre eles o feminismo indígena, demarcação de terras, racismo e entre outros.

Aula 5: exibir a animação do Instituto Socioambiental Pajerama, que reflete sobre a relação humana com o meio ambiente e as intervenções realizadas as quais impactam no ecossistema. A partir de então possibilitar aos estudantes entender a expansão do espaço urbano e os reflexos desse processo nas comunidades originárias. Realizar rodas de conversas e nelas refletir e questionar a animação exibida, de modo que cada estudante emita sua opinião acerca do conteúdo do vídeo/ animação, e questionar se o problema exibido acontece no ambiente que ele mora. Apresentar a página digital do Instituto Socioambiental (ISA) organização não governamental que defende os direitos dos povos originários. Isto possibilita aos discentes conhecer o patrimônio cultural dos povos originários do Brasil e continuar a pesquisa, de modo que continuem acessando conhecimentos relativos ao meio ambiente e os povos originários.

Aula 6: apresentar o rap dos povos originários do Brô Mc"s; primeiro grupo formado por integrantes Guarani e Kaiowá. Através da musicalidade esse grupo luta a favor das comunidades originárias e expressam suas culturas e reivindicações. Através dos cantos deste grupo, fazer produção textual acerca do que é refletido e reivindicado e o que é preciso para acabarem com as injustiças impostas às comunidades originárias. Isso possibilita aos estudantes ampliarem a visão sobre essas comunidades e criticarem o que é veiculado, levando-os a compressão do que é reivindicado na letra da canção.

Aula 7: exibir o vídeo da Série Paraíba indígena, produzido pela TV Correio; serie que apresenta a resistência do povo Tabajara e sua vida em comunidade. Apresentar os povos originários que vivem no estado da Paraíba entre eles os tabajaras e potiguaras, possibilitar aos estudantes refletirem sobre a cultura desses povos. Propor que a turma se dividida em equipes e cada equipe pesquise sobre esses povos, especificamente os que vivem no estado da Paraíba e em seguida apresentar suas pesquisas referente à sua cultura, espaço geográfico e entre outros aspectos. Isto possibilita identificar a presença dos povos originários na formação dos diversos aspectos da cultura paraibana e brasileira.

Aula 8: apresentar a culinária dos povos originários e os produtos agrícolas que cultivam, entre eles: milho, mandioca, outras raízes e seus derivados. Além da prática da caça e pesca coleta de frutas e castanhas. Contextualizar as práticas de cura dos povos originários e o uso de plantas e ervas usada em todo território nacional, entre eles o pó de guaraná, óleo de copaíba e semente de sucupira. Promover degustação dos alimentos de origem dos povos originários. Possibilitar aos estudantes conhecer a biodiversidade e o melhoramento no alimento.

MATERIAL DIDÁTICO E RECURSOS UTILIZADOS:

Faremos uso de notebook com acesso à internet, projetor, slide PowerPoint com os respectivos esquemas da aula e ilustrações, além de roteiros impressos.

AVALIAÇÃO:

Participações dos discentes nas atividades propostas.

Fonte: Autoria própria

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre os povos originários na escola, na perspectiva acima apresentada, é importante, sobretudo, porque amplia a compreensão de estudantes e professores(as) acerca da história e cultura desses povos e promove o respeito à sua diversidade e identidade. Por sua vez desconstrói as visões estereotipadas ainda existentes nas escolas, e possibilita percebê-lo como ator importante na sociedade, e não como um coadjuvante da história.

Para tanto, é necessário descolonizar as escolas, principalmente o currículo, o que representa trazer novas sugestões de conteúdos e ir além da “data comemorativa”; data que deve ser momento de reflexões e não de comemorações, sobretudo, porque esses povos, apesar de terem seus direitos garantidos constitucionalmente, ainda são violados e resistem em busca de melhorias para que não haja apagamentos e distorções de suas histórias e culturas. Por isso, são necessárias ações de educadores(as) que repensem suas práticas, se informem, leiam, façam formações e se atualizem com relação as suas histórias e culturas, uma vez que vivemos na era da informação e há muitas possibilidades de se conhecer a história e as culturas desses povos, e assim quebrar os estereótipos ainda recorrentes nos livros didáticos de história.

Esse exercício quando realizado por professores(as) possibilitam-lhes refletir e descolonizar o currículo, e por extensão, o pensamento e o vocabulário com relação aos povos originários. Dessa forma, deve-se despir de todos os preconceitos ainda existentes sobre tais povos e direcionar o olhar para compreensão da composição cultural da identidade brasileira, e nela identificar a presença dos povos originários na formação do pensamento e da cultura brasileira.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

FUNARI, P. P; PIÑÓN, A. **A temática indígena na escola subsídios para os professores**. Contexto, 2011.

GOMES, L. B.; SILVA, D. R. Q. E.; CASAGRANDE, C. A. A representação dos povos indígenas contemporâneos nos livros didáticos. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, 2020.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

GUAJAJARA, J. U. Todo dia é dia de Índio. **Anos Iniciais em revistas**, 2019. Disponível em: <<https://www.cp2.g12.br/ojs/index.php/anosiniciais/article/view/2238>>. Acesso em: 19 jun. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

KAYAPÓ, E.; BRITO, T. A pluralidade étnico-cultural indígena no Brasil: o que a escola tem a ver com isso? **Mneme - Revista de Humanidades**, [S. l.], v. 15, n. 35, p. 38-68, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/7445>>. Acesso em: 19 jun. 2022.

LUCIANO, G. S. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Laced/Museu Nacional, 2006.

MARTINAZZO, C. J. Identidade Humana: Unidade e Diversidade Enquanto Desafios para uma Educação Planetária. **Revista Contexto & Educação**, [S. l.], v. 25, n. 84, p. 31-50, 2013. DOI: 10.21527/2179-1309.2010.84.31-50. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/460>>. Acesso em: 19 jun. 2022.

MIRANDA, T.; OLIVEIRA, R.; BOLA, M., MAMÁ; DOMÊNICO, D.; FIRMINO, D. (Compositores). Histórias para ninar gente grande. **Samba-Enredo**, G.R.E.S. Estação Primeira de Mangueira. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/mangueira-rj/samba-enredo-2019-historias-para-ninar-gente-grande/>>. Acesso em: 21 jun. 2022.

NASCIMENTO, D. C.; CHAGAS, Waldeci Ferreira. A Representação dos Povos Indígenas no livro didático de História. **Anais Eletrônicos do XVI Encontro Estadual de História**, ANPUH - PB. 2014.

NÓBREGA, E. M. M.; NÓBREGA, G. M. Afinal, para que serve a história? Anotações sobre ensino, cipós, cu e zumbis. In: SILVA, Antônio de Pádua Dias da. (Org.). **Escrit@s sobre gênero e sexualidades**; v. 1, p. 195-204 São Paulo: Scortecci, 2015.

PAULA, E. M.; MENDONÇA, F. W. **Psicologia do desenvolvimento**. 2a. ed., Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

RENNÓ, C.; CÉSAR, C. R. A. **Natura Musical**, 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0mtwidXP_4>. Acesso em 21 jun. 2022.

RODRIGUES, W. **O Ambiente Escolar e a Valorização Cultural Indígena**. Revista Periferia, v. 8, n. 1, jan./jun. 2016.

SANTOS, D. V. C. Acerca do Conceito de Representação. **Rth**, Goiânia, v. 6 n. 2 p. 27-53, 2014. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/28974>>. Acesso em: 16 out. 2022.

VAINFAS, R; F, S. C.; FERREIRA, J.; SANTOS, G. **Conecte: história**. São Paulo: Saraiva, 2014.

ZÓIA, A.; PERIPOLLI, O. J. Infância indígena e outras infâncias. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 9-24, jul./ dez. 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/12647/10473>>. Acesso em: 19 jun. 2022.